



## **Diálogo entre história e literatura no romance contemporâneo de Maria José Silveira**

### *Dialogue between history and literature in the contemporary novel by Maria José Silveira*

Elane da Silva Plácido

Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, Sergipe / Brasil

elaneplacido80@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0001-9414-4862>

**Resumo:** Considerando o pensamento de Linda Hutcheon (1991) sobre o diálogo entre ficção e história como discursos dos constructos humanos que analisam os vestígios do passado no presente, constituindo o método-histórico, discutem-se neste artigo como são construídos e revisados os problemas acontecidos no passado histórico pela narrativa da escritora contemporânea Maria José Silveira no romance *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*. Publicado em 2002, o texto de Silveira narra a história do Brasil a partir do século XVI até nossos dias, questionando o passado dentro de um novo contexto, o feminista, representado por uma linearidade de mulheres da mesma família. Com o objetivo de analisar os laços históricos feministas, apoiaremos o nosso olhar investigativo em duas personagens femininas a fim de identificar como ocorre esta percepção no romance histórico.

**Palavras-chave:** história; literatura; autoria feminina.

**Abstract:** Considering Linda Hutcheon's (1991) thought about the dialogue between fiction and history as discourses of human constructs that analyze the vestiges of the past in the present, constituting the historical-method, we will discuss in this article, how the problems that happened in the past are constructed and reviewed. History through the narrative of contemporary writer Maria José Silveira, in the novel *Her mother's mother's mother and her daughters*. Published in 2002, Silveira's text narrates the history of Brazil from the 16<sup>th</sup> century to the present day, questioning the past within a new context, the feminist one, represented by a linearity of women from the same family. In order to analyze feminist historical ties, we will support our investigative gaze on two female characters in order to identify how this perception happens in the historical novel.

**Keywords:** history; literature; female authorship.

## **1 Introdução**

A produção literária de autoria feminina destaca uma perspectiva histórica iniciada no século XIX até a contemporaneidade, vislumbrando um cenário em que narrativas escritas por mulheres vêm driblando seu silenciamento na sociedade para caracterizar seu lugar de fala.

O diálogo entre história e literatura nos motiva a contar na ficção histórias das manifestações feministas a partir de um olhar histórico na ficção e possibilita o resgate do passado silenciado pela sociedade patriarcal. Desse modo, são múltiplas as gerações de mulheres que questionam os paradigmas sociais, rompendo com o silenciamento temporal, do qual muitas delas foram excluídas.

Com a expansão das narrativas de autoria feminina contemporânea, escritoras iniciam sua representatividade com direito a discutir e revisar aspectos históricos os quais deixaram muitas vezes a mulher ausente do contexto social. Na contemporaneidade há o resgate do passado feminista que foi silenciado e a literatura questiona a inclusão da mulher na história.

As escritoras assim denunciam as mazelas geradas pela violência e subalternidade através da revisão histórica. Este artigo no seu diálogo entre história e literatura, identifica a maneira que as vozes feministas questionam o massacre hegemônico contra a mulher, implicando no aniquilamento feminino desencadeado pela submissão.

A obra de Maria José Silveira (2002) apresenta uma profunda revisão histórica entre o passado e o presente da história do Brasil. A narrativa abrange a cronologia de 21 personagens femininas, iniciando-se com o achamento do Brasil em 1500 e percorrendo processos históricos, políticos, econômicos e sociais do Brasil para outras análises dos principais acontecimentos que marcaram o contexto histórico brasileiro.

Essas intersecções históricas analisadas no romance questionam o passado do Brasil desde o início até a contemporaneidade dentro de um novo contexto, o feminista. Logo, as vozes feministas galgam espaço através das personagens que são apresentadas como as protagonistas do romance.

Nessas intrigas de variadas representações de mulheres indígenas, negras e brancas, que nos mostram a mistura de raças, elas conseguem pela história manifestar os recursos intertextuais que ajudam a narrar acontecimentos históricos importantes, como, por exemplo, o achamento do Brasil, a sua Independência, República, Ditadura Militar, o Movimento

caras pintadas e outros que caracterizam como os principais discursos precisam ser revistos atualmente.

Um Brasil em constante mudança é identificado cronologicamente pelas personagens que possuem posicionamentos significativos, quando observada às estratégias historiográficas discutem assuntos como violência contra a mulher, desde o período colonial, em que no primeiro momento é destacada a opressão às mulheres indígenas e negras, bem como aos homens negros humilhados pelo processo de colonização.

O romance tem relevância ao caracterizar o tempo passado histórico no presente do feminino através de culturas sinalizada por acontecimentos hegemônicos e aniquiladores em que podemos afirmar que os motivos principais do enredo, além de incluir a mulher, reconhecendo-lhe seu lugar de fala, são as desumanidades resultantes de uma sociedade patriarcal cujos problemas surgem dos conflitos sociais antigos que são iniciados com a exploração colonial e a escravização de indígenas e de negros no Brasil.

Além disso, expomos os movimentos de libertações para a Independência nacional do Brasil em meio às contradições dos movimentos territoriais nos quais são desatacados desajustes da economia e outros fatores. A partir desses discursos que envolvem a ficção e história, este artigo analisa as implicações da reescrita do passado histórico das personagens femininas, problematizando os acontecimentos e as violências contra a mulher representadas pela primeira personagem do romance, Inaiá [1500-1514], e, na sequência, por Maria Cafuza [1579-1605].

Para discutirmos esse diálogo entre vozes constituídas de reflexões sobre ficção e história, utiliza-se o pensamento crítico de Linda Hutcheon (1991) que se desenvolve como discursos dos constructos humanos ao analisar os vestígios do passado no presente, constituindo o método-histórico ao revisar problemas acontecidos no passado histórico feminista.

As representações do corpo propostas por Elódia Xavier (2007), a partir das práticas sociais que demarcam a subalternidade feminina e a da realidade histórica, problematizando os tipos de corpos observados em narrativas de autoria feminina, estarão presentes neste estudo. Acerca da subalternidade, utilizaremos as concepções de Gayatri Spivak, do livro *Pode o subalterno falar?*, em que a autora discute a invisibilidade do sujeito feminino a partir do discurso ocidental opressivo e hegemônico que impõem obediência à mulher e a todos que estão à margem.

Por fim, também dialogaremos com o pensamento da filósofa Djamila Ribeiro sobre *o que é lugar de fala?*, lugar social em que sujeitos são diminuídos e silenciados sem terem o direito à voz. Nesse debate, a escritora fala da importância de ouvir essas vozes que são compostas por grupos que sofrem preconceitos na sociedade, entre esses sujeitos encontram-se as vozes feministas silenciadas durante a história.

## 2 Considerações sobre o romance histórico

Os discursos entre ficção e história são estudados como forma de reinterpretação do passado. Esse diálogo revela a importância da literatura em buscar na história aspectos para a construção de novas perspectivas de processos empregados no romance histórico contemporâneo.

Os romances históricos se caracterizam a partir do diálogo com o passado, por uma produção literária que reassume estudos de textos históricos como cartas, crônicas de viagens anteriores, os escritores começam, então, a revisar o texto literário, trazendo a paródia como recurso que proporciona um diálogo intertextual, essa questão é observada em alguns romances atuais.

Como exemplo, no romance histórico de Maria José Silveira, *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*, no primeiro capítulo, a personagem indígena Inaiá, é observada uma menção ao texto histórico, quando a narradora resgata uma passagem da Carta do achamento do Brasil escrita por Pero Vaz de Caminha, como podemos observar a seguir:

[...] as primeiras habitantes da nossa terra atraíam muito a vista, como ficou registrado por ninguém menos que o ilustre escrivão Pero Vaz de Caminha, no primeiro documento sobre a nova terra. Ele parecia não conseguir desviar os olhos delas, como descreve, sem poder esconder seu encantamento: “Tão moças e tão gentis, com cabelos muito pretos e compridos, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha” (SILVEIRA, 2002, p.22).

Ao identificarmos a referência à carta de Pero Vaz de Caminha no texto de Silveira, entendemos que esse discurso da narradora é significativo por dar sentido ao passado. Nessa perspectiva, Linda Hutcheon (1991), no livro *Poéticas do pós-modernismo*, aborda a história como uma questão

problemática em que a história e a literatura são considerados discursos que ajudam na análise crítica de registros e de relíquias do passado pela historiografia: “o que a escrita pós-moderna, da história e da literatura nos ensinou é que a ficção e a história são discursos, que ambas constituem sistemas de significação pelos quais damos sentido ao passado (“aplicações da imaginação modeladora e organizadora”) (HUTCHEON,1991,p.122).

O processo de assimilação de outros textos no romance é analisado através da metaficção, quando certos acontecimentos ocorridos no passado são constituídos como fatos históricos na narração, essas ocorrências antigas, de acordo com Hutcheon (1991, p.131), são conhecidas “por intermédio de seu estabelecimento discursivo, por intermédio de seus vestígios no presente”.

É pelos discursos no presente que o leitor ao ler um texto literário, identifica os intertextos da obra e descobre os vestígios históricos do passado, como foi observado, por exemplo, na citação do romance. São nesses aspectos discursivos que se tem decorrido a literatura de romances históricos na contemporaneidade.

Essa característica da reconstituição do tempo idos nos romances históricos, destaca personalidades da história que são recriadas e parodiadas, assim o objetivo desses textos é o trabalho com a reconstrução do passado. Além disso, dados históricos são desenvolvidos e, com o avanço do romance histórico contemporâneo, tem-se a inclusão de indivíduos que estavam à margem, entre eles, a mulher que desde o processo de colonização foi silenciada.

No romance de Silveira, observamos a reescrita do passado dentro de um novo contexto, o feminino, pois de forma reflexiva, ao incluir as mulheres e expressá-las como personagens que são as protagonistas de suas próprias histórias, a narradora muitas vezes questiona o passado através da ironia, isso é presenciado quando ela interroga o leitor sobre os fatos e acontecimentos da obra.

No romance em estudo, esta questão é identificada em vários momentos, um exemplo é no vínculo do literário com o passado, que redefine as condições de valores históricos, enquanto discute a questão da beleza indígena e convida o leitor a refletir sobre seu posicionamento:

E como era Inaiá? Bom. Inaiá nunca foi especialmente bonita. Bem sei que vocês gostariam que essa mulher com quem tudo começou, essa

mãe quase mitológica, fosse, como um mito, perfeita. Mas não posso lhes dar essa satisfação, pois estaria faltando com a verdade, embora, é claro, essa afirmação seja relativa, tanto porque os ideais de beleza de uma tribo indígena da época não são certamente os nossos, como porque a beleza jamais foi uma verdade absoluta e sempre há os que acham feio alguém que a maioria acha bonito e os que acham bonito alguém que a maioria acha feio. Mas é bobagem querer idealizar a beleza dessa primeira mulher da família. Não precisamos disso. Basta saber que, de todas as maneiras, as primeiras habitantes da nossa terra atraíram muito a vista, como ficou registrado por ninguém menos que o ilustre escrivão Pero Vaz de Caminha, no primeiro documento sobre a nova terra (SILVEIRA, 2002, p.21).

Analisa-se que a voz narrativa no texto literário se coloca de forma irônica-crítica, longe de idealizar a personagem Inaiá quando retorna ao passado para falar da primeira personagem que nasce com o “descobrimento” do Brasil, sem nostalgia, o texto faz com que o leitor seja auto reflexivo. Dessa maneira, “o leitor é obrigado a reconhecer não apenas a inevitável textualidade de nosso conhecimento sobre o passado; mas também o valor e a limitação da forma inevitavelmente discursiva desse conhecimento” (HUTCHEON, 1991, p. 167).

Considerando essas formas discursivas de conhecimento, o romance contemporâneo relaciona história e ficção para destacar novas interpretações do passado e é com ele que o literário é situado, como destaca a pesquisadora Hutcheon (1991, p.168): “o passado realmente existiu, mas hoje só podemos “conhecer” esse passado por meio de seus textos, e aí se situa seu vínculo com o literário”.

Essas considerações demonstram que o conhecimento do passado é exposto através dos discursos que problematizam questões pós-modernas ao desconstruir paradigmas canônicos quando aborda um posicionamento crítico ou irônico do que passou. Esse dinamismo dialógico entre ficção e história possui uma importante atuação por trabalhar nos romances contemporâneos qual sentido e valor a história e a literatura possuem.

Nessa perspectiva, é através desses rompimentos fronteirísticos que surge o novo contexto da história que para Burke (1992, p.11-12): “na nova história encontraremos como base filosófica a idéia de que a realidade é social ou culturalmente constituída”. É nesse contexto que identificamos os sentidos e os valores da literatura e da história desde as construções

e significações culturais ou quando se desconstroem a visão da história tradicional onde se dava privilégios aos grandes personagens, deixando à margem os que não se incluíam nesse contexto.

Com a ascensão do novo romance histórico, pode-se observar um contexto plural na reconstrução de fatos ao incluir personagens que viviam na exclusão. Desse modo, “percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, num entrelaçamento que varia de uma cultura para a outra” (BURKE, 1992, p. 15).

O novo romance histórico surgido no século XX desconstrói contextos da história canônica por problematizar e questionar a realidade e mostrar a pluralidade dos fatos históricos. A partir disto essas narrativas dão voz à indivíduos silenciados e excluídos pela história oficial, rompendo com o silêncio imposto pela colonização.

A história oficial ao ser questionadas, assume outras vertentes de interpretações. E assim os fatos históricos são problematizados na literatura. Entendemos que o passado não é destruído, “ele é incorporado e modificado, recebendo uma vida e um sentido novos e diferentes. Essa é a lição ensinada pela arte pós-modernista de hoje” (HUTCHEON, 1991, p.45).

Esses vários sentidos são observados por Hayden White, ao destacar a pluralidade histórica: “na realidade, se atentarmos para a teoria e prática histórica contemporânea, temos de admitir que existem tantas perspectivas em história quanto existem modos de prática crítica nos estudos literários” (WHITHE, 1986, p.482).

Essas práticas críticas analisadas nos estudos literários são o que nos permitem combater as hegemonias impostas nos contextos culturais dominados por uma ideologia colonial e que excluem as pequenas minorias, que Hutcheon (1991) denomina de “ex-cêntrico”. O pensamento da autora é esclarecedor diante de tantas inquietações suscitadas por meio das leituras do romance histórico. Nessas das narrativas contemporâneas, Hutcheon aponta que:

a paródia passou a ser uma estratégia muito popular e eficiente dos outros ex-cêntricos – dos artistas negros ou de outras minorias étnicas, dos artistas *gays* e feministas – que tenham um acerto de contas e uma reação, de maneira crítica e criativa, em relação à cultura ainda predominantemente branca, heterossexual e masculina na qual se encontram (1991, p. 58).

Essa predominância da cultura hegemônica durante longos contextos históricos tentaram emudecer as mulheres e muitos se perguntam onde estavam as mulheres nas histórias dos séculos passados. Por isso, a reação contra esse silenciamento ganha hoje novos aspectos, ao estudar romances que passaram a revisar a história e regressar em um diálogo questionador de fatos históricos que foram desconhecidos.

Por fim, podemos dizer que acontece um momento de decolonização histórica da literatura, pois através de narrativas contemporâneas se desconstrói opressões e violências que foram impostas a mulheres durante o período de colonização brasileira. Para isso, discutem-se os aspectos colonizadores para depois se opor por meio de indagações a certos preconceitos, discriminações e silenciamentos impostos às minorias e assim rescrever um atual contexto histórico pela voz dos que foram desfavorecidos.

### **3 “Da História, muitas vezes a mulher é excluída” (Perrot)<sup>1</sup>**

Embora a história das mulheres sofresse por um período de tentativa de silenciamento, sua zona de fala foi reconstituída por um processo de lutas e conquistas femininas e fizeram com que elas adentrassem no setor público, fossem aceitas socialmente nos espaços sociais e principalmente na literatura em que foram participantes.

O gênero feminino ao ser por muito tempo vítima da construção de uma imagem recatada, do lar, obediente e frágil. Dessa forma, o poder masculino foi naturalizado, pois “verifica-se, com efeito, que a sociedade patriarcal determinou que os homens ocupam o espaço público enquanto as mulheres são restritas ao espaço privado da casa” (FIGUEIREDO, 2020, p.18).

O masculino ocultou o lugar de fala das mulheres na sociedade, dando-lhes invisibilidade na história, com isso ficou difícil a expansão feminina, pois tiveram que se submeter a várias subordinações dominantes, muitas vezes por essa submissão ser naturalizada, elas acabaram sendo vítimas de violências físicas e simbólicas.

Na literatura, a predominância de narrativas históricas masculinas não deu espaço e nem inclusão às mulheres. Nesse sentido, George Dubby

---

<sup>1</sup> PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.



e Michelle Perrot (1990, p. 7) interrogam se a mulher tem mesmo uma história, quando se questionam:

Escrever a história das mulheres? Durante muito tempo foi uma questão incongruente ou ausente. Voltadas ao silêncio da reprodução materna e doméstica, na sombra da domesticidade que não merece ser quantificada nem narrada, terão mesmo as mulheres uma história?

Essas são indagações que perduram na (re)construção história das mulheres, pois, durante todo o processo histórico do Brasil, onde elas estavam? Silenciadas pelos paradigmas culturais predominantes masculinos, essas mulheres participaram da produção histórica e literária brasileira, mas de maneira oculta por estarem destinadas às normas que defendiam seu confinamento à satisfação do masculino, dona do lar e procriação.

Diante desse poder masculino, “os dominados, no caso, as mulheres, não agem de forma livre e consciente, agem sob o efeito das formas prescritas pelo poder, disseminadas e inscritas em seus corpos” (FIGUEIREDO, 2020, p.19). Essas foram às prescrições impostas pelo masculino que foram historicamente delegadas por uma hegemonia oficial e que excluiu a mulher dos seus direitos.

Esse tipo de naturalidade internalizou a desvalorização da mulher, essa situação ideológica transmitiu a cultura de que a mulher deve ser desprovida de qualquer tipo de desregulação. Essa subserviência teve historicamente a ocultação do feminino o que causa o não registro de sua presença no contexto histórico.

Questões de subalternização são discutidas pela pesquisadora Gayatri Spivak. De acordo com a pesquisadora, sua preocupação está em: “teorizar sobre um sujeito subalterno que não pode ocupar uma categoria monolítica e indiferenciada, pois esse sujeito é irredutivelmente heterogêneo” (SPIVAK, 2010, p.11).

Há uma caracterização, segundo a escritora, dos discursos de resistências construídos pelo outro. Segundo a pesquisadora, essas vozes reproduzem “estruturas de poder e opressão, mantendo o subalterno silenciado, sem lhe oferecer uma posição, um espaço de onde possa falar e, principalmente, no qual possa ser ouvido” (SPIVAK, 2010, p.12). Esse apoderamento do outro pela voz é presenciado em várias cenas sociais, a

literatura pode ser citada nisto em que os homens não permitiram que a voz feminina se apossasse dos ambientes de cânones oficiais de prestígios.

Nesse contexto de opressões, a mulher subalterna foi silenciada, pois seu espaço de fala e de escuta foram ocultados. É desse modo, conforme Spivak (2010, p.15), que: “se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade”.

Todas essas situações de crueldade na qual a mulher foi vítima obrigam-nas à obscuridade, e muitas por medo da morte não conseguem se libertar do relacionamento. Assim, a questão da violência desde o processo de colonização é observada até nossos dias atuais. Nesse contexto de desumanidade, como pode a mulher subalterna falar? Ao estar inserida em situações que muitas vezes não tem saída por culminarem em um provável feminicídio?

Nesse percurso, identifica-se um princípio histórico em que o masculino impõe seu poder e, ao deixar a mulher à margem, observamos a desigualdade entre gêneros nas práticas sociais que estigmatizam a mulher. Dessa forma, a história foi sendo o lugar de legitimação do poder masculino.

Esse processo foi usado como forma de exclusão das vozes feministas por meio do silêncio imposto a elas, resultando na determinação de normas machistas e patriarcais e a negação de suas autonomias, como votar, estudar, ser escritora, que foram manipuladas e controladas pelo silenciamento. Conforme Priore (2004, p.644):

O direito à cidadania política – o direito ao voto – é alcançado pelas brasileiras em 1932, antes de vários países da Europa, como França e Itália. No entanto, não podemos deixar de reconhecer que as aspirações à cidadania no mundo do trabalho, as que buscam proporcionar iguais oportunidades entre homens e mulheres, passam por um demorado silêncio, interrompido entre 1979 e 1985.

A história do silêncio, como Michelle Perrot destaca no livro *História das mulheres*, é realmente um contexto de desigualdade e ocultamento, pois, por não poderem ter autonomia de expressão, seu intelecto ficou dependente ao homem. Essa questão conquista novos sentidos com a política feminista nos anos de 1960 e 1970, quando as mulheres lutaram por seus direitos de inclusão.

O surgimento do movimento feminista e a não aceitação social da mulher, pode-se observar um processo decolonial de libertação histórica de opressões contra elas, os direitos foram sendo estabelecidos e a mulher passa a ser insubmissa e lutar pela igualdade. Isto posto, reconhecer a histórica de exclusão vivenciadas pelas mulheres é desconstruir as mazelas que a impediram de progredir no espaço político, econômico e social. Em meio a essa desconstrução na contemporaneidade, a mulher obtém voz e tem a consciência de que é preciso ter resistência aos controles impostos pela sociedade patriarcal.

Nesse intento, a mulher migra da submissão à insubmissão ao emergir com outras vozes pertencentes às minorias sociais e culturais para ocupar seu lugar de fala. É assim que elas alcançam espaço e são incluídas enquanto sujeitos históricos em estudos feministas, pontuados na historiografia brasileira. Foram reescritas a partir do passado através de romances históricos que integraram as lutas das mulheres nos espaços sociais.

Nas narrativas históricas contemporâneas, a ironia vem como discurso, como abordado no tópico anterior, e, desta forma, contesta o patriarcado dominante e a representação da mulher na história. Consequentemente, através de romances históricos, acontece a retomada da representação da mulher no passado, como pode ser observada no romance histórico *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*:

Vocês estão surpreendidos por uma mulher assumir poder e mando naquela época? Pois não deveriam. Em qualquer época da história, em todo lugar, sempre houve mulheres de tanto poder quanto os homens. Sempre existiram, e não foram poucas. E a essas alturas já deu para perceber que as mulheres que povoaram esta terra nos primeiros dois e três séculos, que foram para as lonjuras do sertão, viver no mato no país que começava, não poderiam ser fracas e submissas como muitos gostariam de pintá-las (SILVEIRA, 2002, p.193).

Na verdade, as mulheres sempre estiveram inseridas na história, mesmo estando impedidas de serem destacadas de forma significativa no recinto em que só homens tinham o privilégio. Assim, a mulher vista como subalterna não tinha voz para lutar pelos seus direitos.

É dessa maneira que as mulheres começam a romper com a sociedade patriarcal, hierárquica e escravocrata que produziu diferenças sociais e

desigualdades que implementou o autoritarismo entre o opressor e oprimido. O resgate e a reconstrução histórica das mulheres nos mostram a presença de muitas delas excluídas do processo historiográfico visto como oficial. Em síntese, a retomada do espaço da mulher que lhe foi silenciado é visto como um resgate de construções sociais e históricas que rompem com o silenciamento feminino durante muitos anos de apagamento, com isso foi retirado um posicionamento de privilégios masculinos vistos como universais e concebido um novo fazer histórico feminista.

#### **4 Vozes silenciadas pela violência no contexto histórico colonial**

Durante a colonização do Brasil, várias formas de violências foram observadas contra a mulher. No romance *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*, vemos a representação da violência e como ela é desenvolvida desde o “achamento” do Brasil até os nossos dias. A primeira personagem a abordar a violência sofrida é Inaiá, uma indígena que viveu até seus quatorze anos de idade (1500 a 1514).

A partir dessa personagem, a narrativa se desenvolve de forma cronológica, mostrando outros perfis femininos, formando assim uma linhagem familiar de mulheres da mesma família. É na região de Porto Seguro-BA que a história dessa personagem se inicia, no mesmo ano em que o Brasil foi “descoberto.”

Na narrativa, percebe-se a revisão histórica do Brasil por outros olhares ao serem questionadas as mazelas feitas pelo colonizador no nosso território. Além disso, é identificado a presença da mulher nessas histórias, quando a partir da genealogia familiar contemplamos em cada capítulo uma protagonista principal.

Os questionamentos e reflexões na narrativa seguem uma assertiva sobre o objetivo do colonizador em explorar o pau-brasil e todas as riquezas que encontram:

O consórcio de cristãos-novos portugueses, a quem a Coroa portuguesa entregara a exploração da nova colônia, só queria dessa terra – como parece ter sido desde sempre seu inescapável destino – extrair o máximo de riqueza com a menor despesa possível (SILVEIRA, 2002, p. 27).

Em outro momento, o narrador já envolve a protagonista indígena para relatar ações culturais acerca do seu território e a vida simples que vivia. O contato da indígena com o colonizador e seu envolvimento amoroso com ele, remete-nos a aspectos de como aconteceu a mistura de raças. Essa mesma representação literária é observada no livro *Iracema*, de José de Alencar nessa obra o relacionamento entre a indígena Iracema e o colonizador português nasce um mestiço simbolizando a miscigenação e a nova etnia do povo brasileiro.

A reescrita do contexto histórico do Brasil na visão da mulher como protagonista, utilizado como forma de recriação de aspectos empregados durante o romance, reproduz a indígena como heroína e a trata com características que ela possui sem apresentá-la como modelo identitário de nação do Brasil.

Inaiá traz na sua história aspectos significativos e históricos da colonização. A questão da violência é abordada na passagem em que o narrador pressupõe os motivos que as indígenas deixavam suas tribos para viver com homens brancos:

Os motivos que fizeram as índias deixar sua tribo, quem vai saber? Podem ter ido apenas pelo prazer da aventura, ou talvez tenham ido relativamente forçadas, ou podem ter ido também pela ambição de ter acesso aos cobiçados objetos dos brancos. (SILVEIRA, 2002, p.27)

O processo de miscigenação do Brasil acontece mediante a essa exploração sexual, onde muitas nativas foram estupradas. Outro fator de violência contra a indígena foi a sua escravização. Na obra, muitas indígenas foram capturadas para serem escravizadas nos engenhos, o que constituiu uma subordinação inserida como “normal” pelo colonizador.

Com Inaiá, apesar da narrativa não destacar essa questão de forma direta, o narrador mostra a violência entre tribos e assim o leitor verifica a primeira violência no livro, a morte de Inaiá pelos tupinambás: “Inaiá morreu na hora com um dardo envenenado no coração” (SILVEIRA, 2002, p.30). Considerando o período vivido pela personagem, além das opressões aos primeiros habitantes e o lucro das riquezas encontradas na nova terra, observamos as relações de poder entre as tribos inimigas, fato que faz com que a personagem seja morta.

Podemos enfatizar que o corpo de Inaiá é um corpo marcado historicamente pela raça, a pesquisadora Elódia Xavier caracteriza os tipos de corpos ao abordar que: “existem apenas tipos específicos de corpos, marcados pelo sexo, pela raça, pela classe social e, portanto, com fisionomias particulares” (2007, p.22).

De acordo com a escritora, nossa sociedade foi construída nos moldes do patriarcalismo. Em virtude disso, as mulheres tiveram sua história, em grande parte, marcada pelo silêncio e opressão, tendo, quase sempre, seus corpos violentados, subalternos e disciplinados (XAVIER, 2007). No romance, outra personagem estigmatizada pelo silêncio e trauma da violência na infância é Maria Cafuza. De acordo com a narrativa, quando tinha apenas 5 anos viu seus pais serem mortos, como verificamos nesta citação:

Maria viu os pais morrerem sob tortura nas mãos do capitão do mato, João Tibiritê. Viu quando João arrancou as unhas de seu pai, enfiou uma peroba em seu ânus, furou seus dois olhos e deixou-o sangrando no chão. Viu quando o mesmo João, depois disso, se voltou para Filipa e lentamente foi cortando sua pele com um facão de ponta fina, de tal maneira que no final seu corpo em listras era uma fonte inundando de vermelho as folhas amontoadas no inocente chão milenar da mata (SILVEIRA, 2002, p.67).

Podemos evidenciar na citação acima impetuosidade contra os pais de Maria Cafuza. Com a morte deles, a personagem ficou órfã e com grande trauma. Além disso, se anulou para alegria: “e por que haveria de sorrir? Na vida que levou, nunca houve o mais leve motivo para provocar nem que fosse uma rápida aragem capaz de desanuviar o drama feroz escondido sob seu rosto perfeito” (SILVEIRA, 2002, p.67).

A personagem se desenvolve em um contexto de violência colonial no qual seus pais foram escravizados e, ao tentarem fugir, foram mortos com muita crueldade. Por toda a desumanidade exposta, Maria Cafuza foi silenciada pela dor da perda dos pais. Além disso, depois de presenciar essa ação, foi capturada:

Quando entrou no acampamento, a menina já apagara para sempre de sua mente tudo o que vira até então, até a fala. Em seu peito só ficara a opressão esmagadora do sentimento convulsivo de ódio contra João Tibiritê. Sua vida, desde então, foi só e exclusivamente viver para se consumir por esse ódio (SILVEIRA, 2002, p.69).

Maria Cafuza é uma voz silenciada que sofre pela violência, carregou por toda a sua vida sentimento de desgosto, raiva e ódio por ter perdido os pais, sua voz foi tirada e apagada. É clara, na protagonista, “uma subjetividade amarga, que busca na luta o resgate da dignidade perdida” (XAVIER, 2007, p.59). Esse resgate nem mesmo com sua vingança é adquirido. Nesse sentido, pensamos em quantas crianças ficaram órfãs de seus pais por serem mortas pela violência no contexto histórico.

No romance, a voz narrativa volta ao passado para falar da violência que sofreu com mágoas, opressão e até violências físicas. A protagonista, que não teve uma vida feliz, sofreu também tentativas de estupro. Nessa questão, analisa-se como o corpo da mulher é desvalorizado, como constata-se na narrativa: “todas as tentativas de estupro – e foram muitas, pelo simples fato de Maria ser mulher num ambiente daqueles –” (SILVEIRA, 2002, p. 71).

A questão do corpo estudado em *Que corpo é esse?* (2007), de Elódia Xavier, nos auxilia sobre essa situação do estupro exposta pela ficção, quando a pesquisadora afirma que “a corporalidade feminina, sempre considerada mais frágil e vulnerável, é usada para justificar as desigualdades sociais; a vinculação da feminilidade ao corpo e da masculinidade à mente restringe o campo de ação das mulheres [...]” (XAVIER, 2007, p. 20).

Essa fragilidade abordada pela autora está ligada ao feminino como forma de regulação do corpo. A partir desse ponto, é que as discussões ganham sentido principalmente ao discutirmos qual a localização da mulher na relação de poder. É nesse cenário que entram os estudos sobre lugar de fala discutido pela filósofa Djamila Ribeiro, conforme suas afirmações: “Quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de *locus* social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência” (2019, p.65).

De certa forma, o lugar em que Maria Cafuza está inserida no romance dificultou muito a sua transgressão, por isso a importância de se pensar no lugar de fala. De acordo com Ribeiro “Pensar lugar de fala seria romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia, muito bem classificada por Derrida como violenta (2019, p.89).

Na ficção histórica de Silveira, ao abordar a primeira personagem Inaiá no século XVI e Maria Cafuza no século XVII, vemos que essas sequências de histórias remetem “às marcas da subalternidade” (XAVIER,

2007, p.47), às opressões e às violências que são transferidas às personagens subsequentes e assim analisamos as críticas ao sistema patriarcal e colonial.

Essa sequência de violência é continuada no século XVIII com a personagem Damiana. Além disso, é importante ressaltar que outras personagens antes e após das que estamos analisando sofrem também outros tipos de violências. Verifica-se que algumas delas são constituídas por vozes que já se posicionam com um pensamento diferente das anteriores.

Esse posicionamento transgressor de personagens é estudado pelo pesquisador, Carlos Magno Gomes, conforme ele ressalta:

No campo social, tem-se a tradição cultural da dominação masculina; no campo artístico, tem-se o repúdio de tal cultura. Tal descontinuidade acontece quando a escritora desloca a mulher do espaço da família para um lugar de fronteiras, para atualizar conceitos identitários (GOMES, 2013, p.4).

O deslocamento do seio familiar comentado pelo pesquisador é verificado no romance e visto em mulheres que tentaram desregular normas sociais como, por exemplo: a escravização imposta pelo colonizador e tornar o Brasil independente. Na verdade, desde a colônia sempre tivemos vozes feministas que resistiram e prescreveram uma luta contra esses acontecimentos históricos.

## **5 Considerações finais**

Historicamente a mulher foi silenciada no contexto social, mas, com o desenvolvimento de narrativas de autoria feminina, podem-se desconstruir ações de muitos anos desse silenciamento. Na breve análise realizada, afirma-se que as mulheres sempre estiveram presentes no contexto histórico do Brasil, considerando essas afirmações, o romance histórico contemporâneo procurou a história.

O diálogo entre ficção e história como discursos dos constructos humanos facilitou os estudos intertextuais, incluindo os vestígios do passado no presente e constituindo assim o método-histórico. Dessa forma, foram constituídos e revisados os problemas acontecidos no passado histórico feministas pela narrativa.

Nesse âmbito, verificam-se reflexões e questionamentos sobre a violência contra a mulher e as relações de poder entre gêneros. Na



literatura, essa questão está sendo compreendida como necessária, pois discutir esse assunto é entender que ainda não conseguimos eliminar certas discriminações que as mulheres enfrentam.

É necessário refletir como esses discursos da violência inserem-se na sociedade para desvalorizar as mulheres e reforçam normas que influenciam uma visão de mundo que impede a desconstrução de normas diante da violência. Assim, a literatura vem denunciar, questionar e refletir acerca das violências impostas a mulher abrindo debates precisos no contexto acadêmico.

Debater como o silenciamento da mulher, destacado no romance de Silveira, acontece, revela como ocorre a subalternidade nos nossos dias. Apesar de identificarmos um progresso da mulher ao se mostrar de forma insubmissa, infelizmente ainda acontece submissão. Por fim, discutir essas vozes históricas feministas foi importante, porque nos fez entender mais a situação feminina mesmo estando em meio a diversas opressões sofridas com a violência e, além disso, observar a revisão dessas narrativas com a inclusão da mulher na história.

## Referências

- BURKE, P. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- DUBY, G.; PERROT, M. *História das Mulheres no Ocidente*. A Antiguidade, v 1, Porto: Edições Afrontamento, 1990.
- FIGUEIREDO, E. *Por uma crítica feminista*. Porto Alegre, RS: Zouk, 2020.
- GOMES, C. M. *Marcas da violência contra a mulher na literatura*. Revista Diadorim / Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Volume 13, Julho 2013.
- HUTCHEON, L. *Poética do Pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Trad. De Ricardo Cruz. Rio, Imago, 1991.
- PERROT, M. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PRIORE, M. D. (org.); *História das mulheres no Brasil*. Carla Bassanezi (coord. De textos). 7. Ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.

SILVEIRA, M. J. *A mãe da mãe da sua mãe e suas filhas*. São Paulo: Globo, 2002.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?*; tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WHITE, H. *Historical Pluralism*. *Critical Inquiry*, v. 12, n. 3, 1986.

XAVIER, E. *Que corpo é esse? O corpo no imaginário feminino*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2007.